

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Folha de São PauloClass.: 100Data: 16.02.82

Pg.: _____

Funai é acusada de liberar reserva atroari à mineração

BRASÍLIA — O limite nordeste da reserva indígena dos Uaimiri-Atroari, que vivem ao norte do Amazonas e sul de Roraima, foi liberado para a empresa mineradora Paránapanema, através de decreto presidencial. A denúncia foi feita ontem pelo padre Egidio Schwade, do Conselho Indigenista Missionário. Ele acusou diretamente o coronel Cláudio Pagano, diretor do Departamento Geral de Patrimônio Indígena (DGPI), da Funai, e os funcionários Hildegard Rick, Nei da Fonseca e Giuseppe Craveiro, como responsáveis pela concessão da certidão negativa que facilitou a liberação da reserva.

Antes de liberar a área nordeste da reserva, o presidente Figueiredo interditou, para fins de atração e pacificação dos grupos indígenas Uaimiri-Atroari, a área localizada nos municípios de Novo Airão, Itapiranga (AM) e Caracaraí (RR), informou o missionário.

Para ele, essa interdição "é absurda, uma vez que o decreto presidencial faz retroagir a lei, voltando a declarar interdito o que já era reserva indígena decretada".

De acordo com a denúncia do missionário, o coronel Pagano, diretor do DGPI, determinou aos funcionários Hildegard Rick e Nei da Fonseca que se deslocassem para o limite nordeste da reserva. A instrução do coronel — de número 033/DGPI/24.07.80 — dizia que os funcionários deveriam percorrer "o trecho compreendido pelas coordenadas de 00

graus 30'S e 00 graus 45'S de latitude e 59 graus 50' WGR e 60 graus 00' de longitude para constatar a presença ou não de índios do grupo Uaimiri-Atroari no limite nordeste da reserva".

"Esses funcionários — afirma o padre Egidio, fizeram dois ligeiros sobrevôos na região nordeste da reserva no dia 27 de julho do ano passado e deram por terminada a missão. Retornaram a Brasília, onde concluíram em seu relatório que não foi constatada a presença de índios no limite nordeste. A partir daí, a área foi liberada e a Funai pôde tranquilamente conceder certidão negativa e o presidente da República pôde definitivamente decretar a liberação para os interesses que estão por trás dessa manobra".

ESTANHO

A "manobra", segundo o missionário, "visa camuflar a liberação de 31% da reserva para a empresa, tudo porque na área liberada localiza-se a maior jazida de estanho encontrada em solo brasileiro". Informou o padre Egidio Schwade que a jazida contém "250 milhões de metros cúbicos, com uma concentração de estanho da ordem de 900 gramas por metro cúbico". E completou sua denúncia afirmando que "a mina de Pitanga está orçada em três bilhões de dólares", (15 dólares o Kg de estanho), a preços atuais, o que, "acrescido às facilidades e incentivos fiscais do governo, permite à empresa Paránapanema o luxo de conceder altos subornos".